



José Varella 26.3.03

“SE OS CONSUMIDORES SOUBEREM QUE O PAPEL QUE ELES COMPRAM GERA ENVENENADOS, CEGOS, PARALÍTICOS E ÍNDIOS E NEGROS SEM TERRA, VÃO DEIXAR DE COMPRAR DESSA EMPRESA”

Fernando Gabeira, deputado federal

MEIO AMBIENTE

Governo investiga denúncias contra Grupo Aracruz no Espírito Santo. Ambientalistas acusam a empresa de envenenar terras com agrotóxico, desviar o curso de rios e córregos e de se apropriar de áreas indígenas

Questão de justiça

DANTE ACCIOLY

DA EQUIPE DO CORREIO

Um relatório entregue por representantes de índios, trabalhadores rurais e comunidades quilombolas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados alerta para a atuação do Grupo Aracruz no norte do Espírito Santo. Responsável por 4% da celulose produzida no planeta, a empresa é acusada de apropriação de terras indígenas, uso indiscriminado de agrotóxicos, desvio de rios e córregos, concentração fundiária e expulsão de grupos negros.

O governo federal iniciou uma investigação sobre as supostas violações aos direitos humanos e agressões ao meio ambiente atribuídas ao Grupo Aracruz. A empresa foi denunciada por instituições de defesa ambiental à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A deputada federal Iriny Lopes (PT/ES) convocou uma audiência pública sobre o assunto na Câmara dos Deputados. “As denúncias são graves. Além da questão ambiental, há denúncias de que funcionários da empresa sofreram mutilação”.

A Aracruz instalou-se nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus nos idos de 1968. Mais de 10 mil famílias remanescentes de quilombos distribuídas em cerca de 100 comunidades viviam na área. Passados 35 anos, apenas 1,2 mil famílias espalhadas em 35 comunidades resistem na região. Os demais deram lugar a extensas monoculturas de eucalipto para viver em favelas.

Domingos Firmiano dos Santos está entre os que persistem. Ele mora na cidade de Conceição da Barra e é líder quilombola da comunidade Saoinara. Ao lado de outros dois representantes do movimento negro, ele esteve em Brasília para denunciar a ação do Grupo Aracruz e reclamar por justiça. “As terras do meu povo foram envenenadas por agrotóxicos, e os rios estão secando por causa da indústria”, afirma.

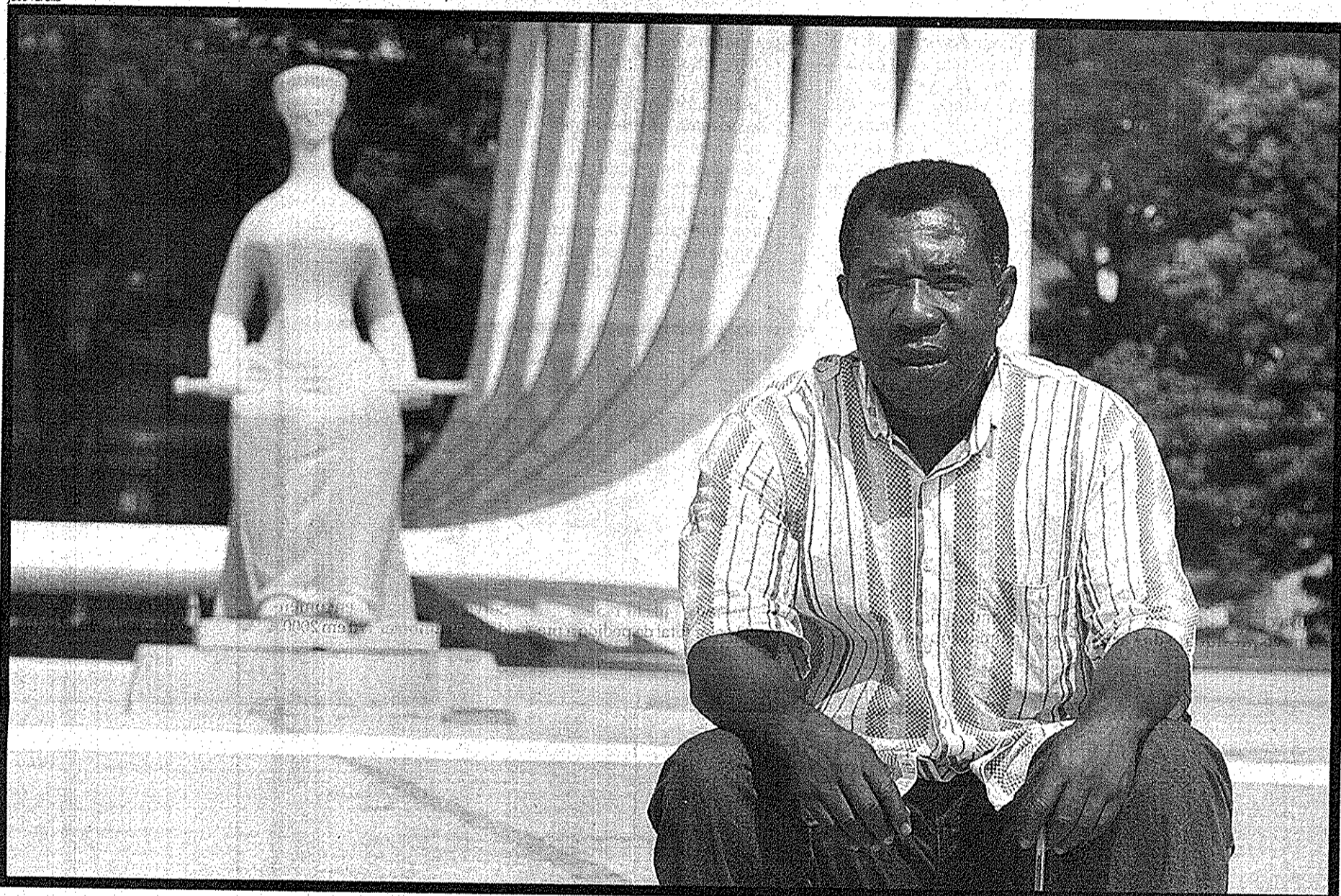
Segundo denúncia apresentada pela organização Rede Deserto Verde à Corte Interamericana de Direitos Humanos no ano passado, a Aracruz teria sido responsável pelo desvio de rios e córregos em Conceição da Barra, São Mateus e Barra do Riacho. O documento sugere que a medida provocou a extinção de mananciais e a modificação de cursos d’água.

Os ambientalistas garantem que — em alguns casos — a Aracruz sequer elaborou Estudo Prévio de Impacto Ambiental (-EPIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), exigidos por lei. “Nos casos em que o EPIA/RIMA foi solicitado, tramitou de forma não-convencional, desrespeitando prazos e condicionantes ali elencadas. Exemplo disso foi o caso do Canal Caboclo Bernardo (...), que desviou água do Rio Doce para abastecer as fábricas do Grupo Aracruz”, atesta o documento levado à OEA.

Envenenamento

O uso de agrotóxicos é outro ponto tocado pelo relatório entregue à Câmara dos Deputados. Produtores rurais reclamam que a Aracruz não informa a população sobre os

José Varella



DOMINGOS FIRMIANO, LÍDER QUILOMBOLA DA COMUNIDADE SAOINARA: “AS TERRAS DO MEU POVO FORAM ENVENENADAS POR AGROTÓXICOS, E OS RIOS ESTÃO SECANDO POR CAUSA DA INDÚSTRIA”

GIGANTE SE EXPANDE

- A Aracruz Celulose é a maior produtora de polpa branqueada de eucalipto no mundo. Teve receitas líquidas de vendas de R\$ 1,28 bilhão em 2000 e de R\$ 1,35 bilhão em 2001
- Entre 1970 e 1990, a cobertura florestal de mata atlântica existente no Espírito Santo sofreu redução de 4 milhões de hectares (86,88% da área do estado) para 402.392 hectares (8,34%)
- As plantações de eucalipto ocupam 138 mil hectares no Espírito Santo. As unidades industriais do município de Aracruz produzem 1,24 milhão de toneladas de celulose por ano
- O desvio de rios e córregos em Conceição da Barra, São Mateus e Barra do Riacho ocasionou a secagem dos mananciais e a modificação de cursos d’água. O déficit hídrico na região é uma evidência relatada por moradores da área
- O consumo diário de água da empresa (estimado em 248 mil m<sup>3</sup>) é suficiente para abastecer uma cidade de 2,5 milhões de habitantes
- Três pessoas morreram supostamente envenenadas por agrotóxicos em 1994. Duas crianças e um adulto foram internados com os mesmos sintomas e faleceram. Mas as cartilhas de óbito e os laudos médicos atestam causas de morte distintas
- Os municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra fazem parte da região litoral norte do Espírito Santo. Concentram 79.075 hectares de eucalipto (62% da área total da empresa no estado)

“ESTAMOS ABSOLUTAMENTE TRANQUÍLOS E ABERTOS A QUALQUER TIPO DE INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE. NÃO ESTAMOS ESCONDIDOS NO FIM DO MUNDO”

Carlos Alberto Roxo, diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz

Eucaliptos dominam paisagem na região

O agricultor Francisco de Assis Teixeira Guimarães planta arroz, milho, feijão e café no norte do Espírito Santo. Dono de uma área de 41 hectares na região, ele se diz prejudicado pela empresa Aracruz. Segundo Francisco de Assis, o uso de defensivos agrícolas pela companhia impede a produção de produtos orgânicos. “Minha terra fica a seis metros da Aracruz, é só atravessar a pista. Por mais que eu não use veneno, minha roça é contaminada pelos agrotóxicos deles.”

O agricultor reclama ainda da expansão da monocultura de eucalipto. Só nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, a companhia detém 79 mil hectares plantados. Na cidade de Aracruz, a empresa concentra 41% do território — 42 mil hectares. Para conseguir as terras, a empresa anexou 244 propriedades. São 138 mil hectares de eucalipto no Espírito Santo — o equivalente a 2,98% de todo o território.

O estado ocupa uma área originalmente coberta por Mata Atlântica. Segundo denúncia apresentada pela organização Rede Deserto Verde à Corte Interamericana de Direitos Humanos, entre 1970 e 1990 a cobertura florestal nativa existente no estado sofreu uma redução violenta: de 4 milhões de hectares (86,88% da área to-

tal) para 402 mil hectares (8,34%). Parte da vegetação original deu lugar à monocultura de eucalipto para a produção de celulose.

Acidentes de trabalho

O operador de máquinas Jair Alves de Lima, 55 anos, lidera um grupo de trabalhadores supostamente mutilados durante atividades na Aracruz. Ele esteve em Brasília na semana passada e pediu o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Quer que o órgão federal investigue casos de envenenamento e acidentes de trabalho atribuídos à empresa.

Era agosto de 1994. Jair Alves trabalhava na derrubada de pés de eucalipto quando uma árvore de 38 metros caiu sobre as pernas dele. “Assim como eu, muitos acabaram inutilizados”, conta. “Sem falar nas pessoas que ficaram cegas por causa do agrotóxico. Não existe segurança.”

O diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, explica que a empresa está aberta à fiscalização do Ministério do Trabalho. Ele ressalta o empenho da companhia no trato com a população indígena que vive na região. “Ratificamos no ano passado um acordo de R\$ 1,5 milhão para financiar projetos agrícolas para 400 famílias de tribos locais.”

Segundo o executivo, os atestados de óbito das três pessoas mortas em 1994 descartam a hipótese de envenenamento.

Durante a audiência pública, o deputado federal Fernando Gabeira (PT/RJ) sugeriu que índios, trabalhadores rurais e quilombolas procurem o apoio de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. “Cerca de 97% da produção da Aracruz é vendida para o mercado externo. Se os consumidores souberem que o papel que eles compram gera envenenados, cegos, paralíticos e índios e negros sem terra, vão deixar de comprar dessa empresa.”

Roxo rebate as denúncias de uso abusivo de agrotóxicos e expulsão de comunidades quilombolas. “Os plantios florestais de eucalipto usam um terço apenas da quantidade de defensivos aplicada pela agricultura em geral. A aquisição de terras pela Aracruz foi legal. Nunca houve uma ex-

proprietários da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, afirma que as acusações não são objetivas e teriam motivação política. “Estamos absolutamente tranquilos e abertos a qualquer tipo de investigação independente. Não estamos escondidos no fim do mundo, e sim em um país onde as instâncias de fiscalização funcionam”, explica.

Roxo rebate as denúncias de uso abusivo de agrotóxicos e expulsão de comunidades quilombolas. “Os plantios florestais de eucalipto usam um terço apenas da quantidade de defensivos aplicada pela agricultura em geral. A aquisição de terras pela Aracruz foi legal. Nunca houve uma ex-

proprietários da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, afirma que as acusações não são objetivas e teriam motivação política. “Estamos absolutamente tranquilos e abertos a qualquer tipo de investigação independente. Não estamos escondidos no fim do mundo, e sim em um país onde as instâncias de fiscalização funcionam”, explica.